



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo C03, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Português Conhecimentos Específicos Discursiva - Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as questões de Estudo de Caso e respectivos espaços destinados para o rascunho. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- transcrever as respostas de Estudo de Caso no Caderno de Respostas, nos espaços destinados às questões.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho das questões de Estudo de Caso será corrigido.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas, bem como para responder às questões de Estudo de Caso e transcrever as respectivas respostas no Caderno de Respostas correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões da Prova Objetiva e a Folha de Respostas, bem como o Caderno de Transcrição de Estudo de Caso.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Outubro/2008

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue:

Viagem para fora

Há não tanto tempo assim, uma viagem de ônibus, sobretudo quando noturna, era a oportunidade para um passageiro ficar com o nariz na janela e, mesmo vendo pouco, ou nada, entreter-se com algumas luzes, talvez a lua, e certamente com os próprios pensamentos. A escuridão e o silêncio no interior do ônibus propiciavam um pequeno devaneio, a memória de alguma cena longínqua, uma reflexão qualquer.

Nos dias de hoje as pessoas não parecem dispostas a esse exercício mínimo de solidão. Não sei se a temem: sei que há dispositivos de toda espécie para não deixar um passageiro entregar-se ao curso das idéias e da imaginação pessoal. Há sempre um filme passando nos três ou quatro monitores de TV, estrategicamente dispostos no corredor. Em geral, é um filme ritmado pelo som de tiros, gritos, explosões. É também bastante possível que seu vizinho de poltrona prefira não assistir ao filme e deixar-se embalar pela música altíssima de seu fone de ouvido, que você também ouvirá, traduzida num chiado interminável, com direito a batidas mecânicas de algum sucesso pop. Inevitável, também, acompanhar a variedade dos toques personalizados dos celulares, que vão do latido de um cachorro à versão eletrônica de uma abertura sinfônica de Mozart. Claro que você também se inteirará dos detalhes da vida doméstica de muita gente: a senhora da frente pergunta pelo cardápio do jantar que a espera, enquanto o senhor logo atrás de você lamenta não ter incluído certos dados em seu último relatório. Quando o ônibus chega, enfim, ao destino, você desce tomado por um inexplicável cansaço.

Acho interessantes todas as conquistas da tecnologia da mídia moderna, mas prefiro desfrutar de uma a cada vez, e em momentos que eu escolho. Mas parece que a maioria das pessoas entrega-se gozosa e voluptuosamente a uma sobrecarga de estímulos áudio-visuais, evitando o rumo dos mudos pensamentos e das imagens internas, sem luz. Ninguém mais gosta de ficar, por um tempo mínimo que seja, metido no seu canto, entretido consigo mesmo? Por que se deleitam todos com tantas engenhocas eletrônicas, numa viagem que poderia propiciar o prazer de uma pequena incursão íntima? Fica a impressão de que a vida interior das pessoas vem-se reduzindo na mesma proporção em que se expandem os recursos eletrônicos.

(Thiago Solito da Cruz, inédito)

1. Considerando-se o sentido integral do texto, o título **Viagem para fora** representa

- (A) uma alusão à exterioridade dos apelos a que se entregam os passageiros.
- (B) um específico anseio que o autor alimenta a cada viagem de ônibus.
- (C) a nostalgia de excursões antigas, em que todos se solidarizavam.
- (D) a importância que o autor confere aos devaneios dos passageiros.
- (E) a ironia de quem não se deixa abalar por tumultuadas viagens de ônibus.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, configura-se a tensão entre o desejo de recolhimento íntimo de um passageiro e a agitação de uma viagem noturna.
- II. No segundo parágrafo, o cruzamento de mensagens, em diferentes meios de comunicação, é considerado invasivo por quem preferiria entregar-se ao curso da imaginação pessoal.
- III. No terceiro parágrafo, o autor considera a possibilidade de os recursos da mídia eletrônica e o cultivo da vida serem usufruídos em tempos distintos.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II, somente.

3. O autor vale-se do emprego do pronome **você**, ao longo do segundo parágrafo, da mesma forma que esse pronome é empregado em:

- (A) Quando perguntei se você gostava de viajar, você titubeou, e não me respondeu.
- (B) Já sei a opinião dele acerca da mídia eletrônica; gostaria que você me dissesse, agora, qual a sua.
- (C) Não é aquele ou aquela passageira que me interessa; meus olhos não conseguem desviar-se de você.
- (D) Quando se está em meio a um tumulto, você não consegue concentrar-se em seus próprios pensamentos.
- (E) Espero que você não tenha se ofendido por eu lhe haver proposto que desligue o celular enquanto conversamos.

4. O último período do texto retoma e arremata, conclusivamente, uma idéia que já se representara na seguinte passagem:

- (A) (...) *há dispositivos de toda espécie para não deixar um passageiro entregar-se ao curso das idéias (...)*.
- (B) *A escuridão e o silêncio no interior do ônibus propiciavam um pequeno devaneio (...)*.
- (C) *Claro que você também se inteirará dos detalhes da vida doméstica de muita gente (...)*.
- (D) *Quando o ônibus chega, enfim, ao destino, você desce tomado por um inexplicável cansaço.*
- (E) *Há sempre um filme passando nos três ou quatro monitores de TV, estrategicamente dispostos no corredor.*

5. *Claro que você também se inteirará dos detalhes da vida doméstica de muita gente (...)*

A frase acima conservará o sentido básico, sem prejuízo para a correção, substituindo-se o elemento sublinhado por:

- (A) estará à corrente.
- (B) ficará ao par.
- (C) abeirar-se-á.
- (D) certificar-se-á.
- (E) tomará ciência.

6. Está adequada a correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Ainda recentemente, não se poderia imaginar que uma viagem de ônibus venha a ser tão atribulada.
 - (B) A cada vez que se colocar um filme no ônibus, a expectativa seria a de que todos passam a ouvir tiros e gritos.
 - (C) Os que usam fone de ouvido talvez não imaginem que uma chiadeira irritante fique a atormentar os ouvidos do vizinho.
 - (D) Quem não quiser conhecer os detalhes da vida doméstica de alguém, há de tapar os ouvidos quando tocava o celular.
 - (E) Muita gente não distingue a versão eletrônica de uma sinfonia que tocasse no celular da versão original que um Mozart tem criado.

7. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:
- (A) Não (**costumar**) registrar-se, na conversa usual entre os passageiros, quaisquer reclamações contra a rotina barulhenta da viagem.
 - (B) (**dever**) agradar aos ruidosos passageiros toda essa parafernália eletrônica, que os dispensa de refletir sobre si mesmos.
 - (C) Momentos de solidão e contemplação (**haver**) de perturbar os que se entregam gostosamente aos estímulos eletrônicos.
 - (D) Já quase não se (**ver**), numa viagem de ônibus, passageiros ensimesmados, olhando vagamente pela janela.
 - (E) Não (**convir**) a muita gente esses momentos únicos de reflexão, que uma viagem de ônibus podia propiciar.

8. Está correta a construção da seguinte frase:
- (A) Seu vizinho de poltrona acha preferível ouvir música do que se concentrar num filme.
 - (B) A mulher ao lado prefere mais um filme em vez de ouvir música.
 - (C) Tenho mais preferência a desfrutar do silêncio que de ouvir intimidades alheias.
 - (D) O jovem prefere concentrar-se na música a ficar com os olhos num monitor de TV.
 - (E) É mais preferível entreter-se com idéias próprias a que se distrair com as tolices de um filme.

9. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:
- (A) Muitos se deixam embalar por um mixto de torpor e devaneio, quando se entretém à janela do ônibus.
 - (B) Tentou convencer o jovem a desligar a engenhoca, mas não obteve sucesso nessa tentativa de dis-suação.
 - (C) Que temos nós a haver com o relatório que deixou frustado aquele executivo?
 - (D) Por que não se institue a determinação de por um fim ao abuso dos ruídos no interior de um ônibus?
 - (E) É difícil explicar o porquê de tanta gente sentir-se extasiada diante das iniquidades de um filme violento.

10. Sempre gostei das viagens de ônibus, mas atualmente considero as viagens de ônibus uma verdadeira provação, pois o que vem caracterizando as viagens de ônibus é uma profusão de ruídos de toda espécie, o que torna as viagens de ônibus um desafio aos nervos de um pacato passageiro.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) considero-as - as vem caracterizando - as torna
- (B) considero-as - vem-nas caracterizando - lhes torna
- (C) as considero - vem-lhes caracterizando - torna-las
- (D) considero-lhes - lhes vem caracterizando - as torna
- (E) considero-lhes - vem caracterizando-as - torna-as

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue:

A amizade

Uma amizade verdadeira possui tão grandes vantagens que mal posso descrevê-las. Para começar, em que pode consistir uma “vida vivível” que não encontre descanso na afeição partilhada com um amigo? Que há de mais agradável que ter alguém a quem se ousa contar tudo como a si mesmo? De que seria feita a graça tão intensa de nossos sucessos, sem um ser para se alegrar com eles tanto quanto nós? E em relação a nossos reveses, seriam mais difíceis de suportar sem essa pessoa, para quem eles são ainda mais penosos que para nós mesmos.

Os outros privilégios da vida a que as pessoas aspiram só existem em função de uma única forma de utilização: as riquezas, para serem gastas; o poder, para ser cortejado; as honrarias, para suscitarem os elogios; os prazeres, para deles se obter satisfação; a saúde, para não termos de padecer a dor e podermos contar com os recursos de nosso corpo.

Quanto à amizade, ela contém uma série de possibilidades. Em qualquer direção a que a gente se volte, ela está lá, prestativa, jamais excluída de alguma situação, jamais importuna, jamais embaraçosa. Por isso, como diz o ditado, “nem a água nem o fogo nos são mais prestimosos que a amizade”. E aqui não se trata da amizade comum ou medíocre (que, no entanto, proporciona alguma satisfação e utilidade), mas da verdadeira, da perfeita, à qual venho me referindo. Pois a amizade torna mais maravilhosos os favores da vida, e mais leves, porque comunicados e partilhados, seus golpes mais duros.

(Adaptado de Cícero, filósofo e jurista romano)

11. Ao tratar da amizade verdadeira, Cícero dá um peso especial ao fato de que ela
- (A) é um privilégio desfrutado de uma forma única e exclusiva.
 - (B) intensifica nossas conquistas e ameniza nossos infortúnios.
 - (C) abre caminho para o exercício de um poder que todos desejamos.
 - (D) produz honrarias que todos os amigos podem compartilhar.
 - (E) afasta os padecimentos morais e multiplica as alegrias.

<p>12. No segundo parágrafo, os segmentos iniciados por <i>as riquezas (...), as honrarias (...)</i> e <i>os prazeres (...)</i> deixam subentendida a forma verbal:</p> <p>(A) aspiram. (B) contêm. (C) obtêm. (D) suscitam. (E) existem.</p>	<p>16. Transpondo-se para a voz ativa a frase Nossos reveses podem ser consolados pela palavra amiga, a forma verbal resultante será:</p> <p>(A) terá consolado. (B) hão de consolar-se. (C) poderiam consolar. (D) pode consolar. (E) haverá de consolar.</p>
<p>13. Atente para as seguintes afirmações:</p> <p>I. A expressão <i>nossos reveses</i> (1º parágrafo) é empregada com sentido equivalente ao de <i>golpes mais duros</i> (3º parágrafo).</p> <p>II. Em vez de <i>podermos contar</i> (2º parágrafo), o emprego da forma podermos contar seria mais adequado à construção da frase.</p> <p>III. Os termos <i>comunicados</i> e <i>partilhados</i> (3º parágrafo) referem-se ao termo anterior <i>favores</i>.</p> <p>Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) I e II. (E) II e III.</p>	<p>17. <i>Os outros privilégios da vida a que as pessoas aspiram só existem em função de uma única forma de utilização (...)</i>.</p> <p>No período acima, são exemplos de uma mesma função sintática:</p> <p>(A) <i>vida e pessoas</i>. (B) <i>privilégios e utilização</i>. (C) <i>privilégios e pessoas</i>. (D) <i>existem e utilização</i>. (E) <i>a que e única</i>.</p>
<p>14. <i>Que há de mais agradável que ter alguém <u>a quem se ousa contar tudo como a si mesmo?</u></i></p> <p>Pode-se substituir o segmento sublinhado na frase acima, sem prejuízo para o sentido, clareza e correção, por:</p> <p>(A) com a audácia de contar tudo para si mesmo? (B) que pode contar com si mesmo? (C) com a coragem de quem ousa contar tudo? (D) com força para contar tudo sobre si próprio? (E) para confidenciar, sem receio, tudo de si?</p>	<p>18. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) Quem cuida da saúde, conta com os recursos do corpo, já quem cultiva uma amizade, conta com o conforto moral. (B) No que me diz respeito, não me interessam os amigos de ocasião: prezo apenas os verdadeiros, os que me apóiam incondicionalmente. (C) De que pode valer, gozarmos um momento de felicidade, se não dispomos de alguém, a quem possamos estendê-la? (D) Confio sempre num amigo; pois minha confiança nele, certamente será retribuída com sua confiança em mim. (E) São essas enfim, minhas razões para louvar a amizade: diga-me você agora quais as suas?</p>
<p>15. Há um deslize na concordância verbal da seguinte frase:</p> <p>(A) Aos golpes mais duros da vida responde uma amizade verdadeira com palavras e gestos de solidariedade. (B) Nunca haverão de nos faltar, quando contamos com amigos verdadeiros, a força justa das palavras certas. (C) Assim como ninguém vive sem o préstimo da água, não se superam os infortúnios sem o apoio de um amigo verdadeiro. (D) Os sofrimentos que pesam sobre alguém haverão de ser mais leves com a companhia solidária de um amigo leal. (E) Importa, acima de todas as coisas, poder contar com a lealdade e os bons préstimos que nos oferece a amizade verdadeira.</p>	<p>19. É importante que <u>você possa</u> contar com minha amizade; <u>confie</u> nela, que eu não <u>o</u> decepcionarei.</p> <p>A frase acima permanecerá correta no caso de substituirmos os elementos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) tu possas - confies - te (B) Vossa Excelência podeis - confiei - vos (C) tu possas - confia - te (D) vós possais - confiem - vos (E) Sua Senhoria podeis - confiai - vos</p>
	<p>20. Pensador conseqüente, a Cícero não importavam as questões secundárias; interessavam-lhe os valores essenciais da conduta humana.</p> <p>O sentido da frase acima permanecerá inalterado caso ela seja introduzida por:</p> <p>(A) Conquanto fosse. (B) Muito embora sendo. (C) Ainda quando fosse. (D) Por ter sido. (E) Mesmo que tenha sido.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Quanto aos Princípios Fundamentais, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio da
- (A) exclusiva proteção dos bens jurídicos.
 - (B) não cumulatividade.
 - (C) prevalência dos direitos humanos.
 - (D) uniformidade geográfica.
 - (E) reserva legal.

22. No que tange aos Direitos Sociais, considere:
- I. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
 - II. A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - III. É permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
 - IV. É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pela autoridade pública administrativa competente, não podendo ser inferior à área de um Município.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e IV.

23. Com relação à Organização dos Poderes, é correto afirmar que compete privativamente à Câmara dos Deputados
- (A) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
 - (B) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
 - (C) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente, o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
 - (D) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (E) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.

24. Quanto aos Princípios Gerais da Atividade Econômica, analise:
- I. As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
 - II. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
 - III. Dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.
 - IV. O atendimento de requisição de documento ou informação de natureza comercial, feita por autoridade administrativa ou judiciária estrangeira à pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliada no País, não dependerá de autorização do Poder competente.
- Está INCORRETO o que consta APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) III e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) II e III.
 - (E) II e IV.

Direito Administrativo

25. A respeito dos princípios básicos da Administração Pública, considere:
- I. Conjunto de princípios ou padrões morais que norteiam a conduta dos agentes públicos no exercício de suas funções e a prática dos atos administrativos.
 - II. Adequação entre meios e fins, vedada imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- Os itens I e II referem-se, respectivamente, aos princípios da
- (A) finalidade e adequabilidade.
 - (B) legalidade e finalidade.
 - (C) continuidade e moralidade.
 - (D) moralidade e proporcionalidade.
 - (E) eficiência e proporcionalidade.

26. Sendo um dos requisitos do ato administrativo, o objeto consiste
- (A) na criação, modificação ou comprovação de situações jurídicas concernentes a pessoas, coisas e atividades sujeitas à ação do Poder Público.
 - (B) na situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo.
 - (C) no revestimento exteriorizador do ato administrativo.
 - (D) no resultado específico que cada ato deve produzir, conforme definido na lei.
 - (E) no poder conferido pela lei ao administrador para que ele, nos atos discricionários, decida sobre a oportunidade e conveniência de sua prática.

<p>27. Nas hipóteses de danos causados a terceiros, o servidor que o causou responderá perante</p> <p>(A) ao Poder Legislativo. (B) à Fazenda Pública, em ação direta e progressiva. (C) ao órgão em que atuava, em ação administrativa. (D) ao Tribunal de Contas. (E) à Fazenda Pública, em ação regressiva.</p>	<p>32. O domicílio do marítimo é onde</p> <p>(A) estabeleceu sua residência com ânimo definitivo. (B) o navio estiver matriculado. (C) o navio estiver atracado. (D) for encontrado. (E) residir sua família.</p>
<p>28. Na prática de ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito, o agente público está sujeito à pena de suspensão dos direitos políticos com duração de, no mínimo,</p> <p>(A) cinco anos e, no máximo, dez anos. (B) dois anos e, no máximo, quatro anos. (C) três anos e, no máximo, seis anos. (D) oito anos e, no máximo, dez anos. (E) oito anos e, no máximo, doze anos.</p>	<p>33. A respeito da prescrição, considere:</p> <p>I. A renúncia da prescrição só pode ser expressa. II. Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes constante de contrato escrito. III. Não corre a prescrição contra os ausentes do país em serviço público dos Municípios. IV. A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.</p> <p>Está correto o que consta SOMENTE em</p> <p>(A) I e II. (B) I, II e III. (C) II e IV. (D) I, III e IV. (E) III e IV.</p>
<p>29. Sobre dispensa e inexigibilidade de licitação, considere as hipóteses abaixo, previstas na Lei de Licitações:</p> <p>I. Casos de guerra ou grave perturbação da ordem. II. Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas. III. Contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.</p> <p>Estas hipóteses correspondem, respectivamente, a casos de</p> <p>(A) inexigibilidade, dispensa e dispensa. (B) dispensa, inexigibilidade e dispensa. (C) dispensa, dispensa e dispensa. (D) inexigibilidade, inexigibilidade e dispensa. (E) dispensa, dispensa e inexigibilidade.</p>	<p>34. Se o credor consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida ocorre a</p> <p>(A) novação. (B) imputação do pagamento. (C) dação em pagamento. (D) compensação. (E) confusão.</p>
<p>30. Na sessão pública para recebimento das propostas do pregão eletrônico, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor. Não havendo pelo menos três ofertas nestas condições,</p> <p>(A) poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos. (B) todos os proponentes presentes, independentemente do número, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos. (C) o pregoeiro reabrirá prazo para que novos concorrentes apresentem propostas. (D) a sessão será suspensa e o processo encaminhado à autoridade competente para decidir sobre o prosseguimento ou não do pregão. (E) o pregoeiro declarará encerrada a sessão e prejudicado o pregão.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>35. Numa execução de cheque dado para pagamento de empréstimo bancário, devolvido por insuficiência de fundos e protestado, à falta de outros bens, podem ser penhorados</p> <p>(A) os honorários de profissional liberal. (B) os frutos e rendimentos de bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia. (C) os instrumentos úteis ao exercício de qualquer profissão. (D) os seguros de vida. (E) os utensílios necessários ao exercício de qualquer profissão.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>31. A respeito das associações, é correto afirmar:</p> <p>(A) A decisão do órgão que, de conformidade com o estatuto, decretar a exclusão de associado é irrecorrível. (B) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos. (C) A qualidade de associado é sempre transmissível, não podendo o estatuto dispor em contrário. (D) Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto pode instituir categorias com vantagens especiais. (E) Entre os associados, há direitos e obrigações recíprocas, que devem obrigatoriamente constar do estatuto.</p>	<p>36. O juiz</p> <p>(A) não poderá ordenar a produção de provas de ofício, mas somente a requerimentos das partes. (B) não poderá fundamentar sua decisão em fatos e circunstâncias constantes dos autos mas não alegados pelas partes. (C) que tiver de proferir a sentença em razão de aposentadoria do que concluiu a audiência de instrução, se entender necessário, poderá mandar repetir as provas já produzidas. (D) não pode exercer suas funções em processo voluntário em que estiver postulando como advogado da parte parente seu, na linha colateral em terceiro grau. (E) deve declarar os motivos de sua suspeição, não podendo declarar-se suspeito por motivo íntimo.</p>

37. A respeito dos prazos processuais, é correto afirmar:
- (A) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.
 - (B) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em quádruplo os prazos para, de modo geral, falar nos autos.
 - (C) Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 3 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
 - (D) O prazo estabelecido pelo juiz se interrompe nos feriados e recomeça a correr no primeiro dia útil subsequente.
 - (E) Computar-se-á em dobro o prazo para contestar quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.

38. O recurso adesivo
- (A) não será admissível no recurso extraordinário.
 - (B) será conhecido, mesmo se houver desistência do recurso principal.
 - (C) será admissível no agravo de instrumento.
 - (D) será conhecido se o recurso principal for declarado deserto.
 - (E) será admissível nos embargos infringentes.

Direito do Trabalho

39. Samanta, João e Diego são empregados da empresa GGG na modalidade de regime de tempo parcial com jornada semanal, respectivamente, de vinte horas, oito horas e vinte e cinco horas. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, após cada período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o gozo de dezoito dias de férias caberá legalmente apenas a
- (A) Diego e Samanta.
 - (B) Samanta.
 - (C) João.
 - (D) Diego.
 - (E) Diego e João.

40. Mariana, empregada doméstica, labora para a família Sócrates, que está se mudando para os Estados Unidos. A família Sócrates vendeu sua mansão para a família Demóstenes com toda a mobília e utensílios domésticos. Neste caso, Mariana
- (A) terá rescindido o seu contrato de trabalho com a família Sócrates sem justa causa, podendo a família Demóstenes, caso queira, celebrar novo contrato de trabalho.
 - (B) não terá rescindido o seu contrato de trabalho, havendo sucessão de empregadores, respondendo a família Demóstenes subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas.
 - (C) não terá rescindido o seu contrato de trabalho, havendo sucessão de empregadores, respondendo a família Demóstenes solidariamente pelas obrigações trabalhistas.
 - (D) terá o seu contrato de trabalho suspenso por expressa determinação legal neste sentido.
 - (E) não terá rescindido o seu contrato de trabalho, havendo sucessão de empregadores, mas a família Demóstenes não responderá pelas obrigações trabalhistas até a sucessão.

41. Faz um ano que Tício teve rescindido o seu contrato de trabalho com a empresa GUKO. Considerando que Tício laborava para a empresa há dez anos, em regra, ele terá mais
- (A) um ano para ingressar com reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, podendo pleitear os últimos cinco anos de seu contrato de trabalho.
 - (B) um ano para ingressar com reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, podendo pleitear os últimos quatro anos de seu contrato de trabalho.
 - (C) dois anos para ingressar com reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, podendo pleitear os últimos quatro anos de seu contrato de trabalho.
 - (D) dois anos para ingressar com reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, podendo pleitear os últimos cinco anos de seu contrato de trabalho.
 - (E) um ano para ingressar com reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, podendo pleitear os dez anos de seu contrato de trabalho.

42. A respeito da equiparação salarial, analise:
- I. Trabalho de igual valor, para efeitos de equiparação salarial, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos.
 - II. O trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física atestada pelo órgão competente da Previdência Social poderá servir de paradigma para fins de equiparação salarial.
 - III. Para efeitos da equiparação salarial, mesma localidade significa mesmo estabelecimento.
 - IV. Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) I e IV.

43. O contrato de trabalho de Ana foi extinto com o reconhecimento da culpa recíproca entre as partes pela Justiça do Trabalho. O contrato de trabalho de João foi extinto por força maior, também reconhecida pela Justiça do Trabalho. Nesses casos, com relação ao FGTS, a empresa empregadora de Ana e a de João pagarão multa de
- (A) 40% do valor dos depósitos, sendo permitido que ambos saquem a conta vinculada.
 - (B) 20% e 40%, respectivamente, mas somente Ana poderá sacar a conta vinculada.
 - (C) 40% e 20%, respectivamente, sendo permitido que ambos saquem a conta vinculada.
 - (D) 20% do valor dos depósitos, sendo permitido que ambos saquem a conta vinculada.
 - (E) 20% e 40%, respectivamente, mas somente João poderá sacar a conta vinculada.

<p>44. Com relação à remuneração e ao salário, é certo que</p> <p>(A) as gratificações, em regra, não possuem natureza salarial, não compondo o salário do empregado para efeitos de FGTS, indenização e férias.</p> <p>(B) as gorjetas integram a remuneração, mas são excluídas do cálculo do repouso semanal remunerado, do aviso prévio, das horas extras e do adicional noturno.</p> <p>(C) não integram o salário as comissões, percentagens e abonos pagos pelo empregador.</p> <p>(D) incluem-se nos salários as ajudas de custo, por expressa determinação legal.</p> <p>(E) incluem-se as diárias para viagem que excedam de 50% do salário percebido pelo empregado.</p>	<p>47. Em regra, a petição inicial que estiver desacompanhada de documento indispensável à propositura da ação</p> <p>(A) será obrigatoriamente indeferida se, após intimada para suprir a irregularidade em quinze dias, a parte não o fizer.</p> <p>(B) deverá ser indeferida de plano, mas poderá o reclamante ingressar imediatamente com nova reclamatória.</p> <p>(C) somente será indeferida se, após intimada para suprir a irregularidade em dez dias, a parte não o fizer.</p> <p>(D) deverá ser indeferida de plano, mas o reclamante só poderá ingressar com nova reclamatória após o decurso de cento e vinte dias do trânsito em julgado da primeira decisão.</p> <p>(E) deverá ser indeferida de plano, mas o reclamante só poderá ingressar com nova reclamatória após o decurso de sessenta dias do trânsito em julgado da primeira decisão.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual do Trabalho</p> <p>45. No processo do trabalho, considere as assertivas abaixo a respeito das Custas e Emolumentos judiciais:</p> <p>I. A União e suas autarquias e fundações públicas federais que não explorem atividade econômica estão isentos do pagamento de custas, bem como de reembolsar as despesas judiciais realizadas pela parte vencedora.</p> <p>II. As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal.</p> <p>III. A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, independentemente de intimação, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficará isenta a parte vencida.</p> <p>IV. Entidades fiscalizadoras do exercício profissional, como, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil, estão isentas do pagamento das custas.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) III e IV. (B) I, II e III. (C) II, III e IV. (D) II e III. (E) I e IV.</p>	<p>48. Com relação aos prazos processuais, é certo que</p> <p>(A) as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, em regra, não suspendem e nem interrompem os prazos recursais.</p> <p>(B) os prazos que se vencerem em domingo ou dia feriado terminarão na primeira sexta-feira que anteceder o vencimento.</p> <p>(C) os prazos processuais são, em regra, contínuos e releváveis, podendo ser prorrogado pelo juiz quando houver necessidade em virtude de força maior.</p> <p>(D) os prazos processuais contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.</p> <p>(E) o início do prazo, intimada ou notificada a parte no sábado, dar-se-á no primeiro dia útil imediato e a contagem no subsequente.</p> <p>49. Maria ajuizou reclamação trabalhista em face de sua empregadora, a empresa privada SSS, dando à causa o valor de R\$ 16.500,00. Nesta reclamação,</p> <p>(A) as testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.</p> <p>(B) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.</p> <p>(C) só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.</p> <p>(D) havendo a necessidade de realização de prova pericial, as partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de dez dias.</p> <p>(E) não se encontrando a empresa reclamada no endereço indicado na exordial, poderá ser deferida a citação por edital para propiciar o regular andamento do processo.</p>
<p>46. Em execução de sentença de reclamação trabalhista, despacho de magistrado determinou a realização de perícia contábil. A parte reclamante discordou da decisão, tendo em vista a necessidade de celeridade do processo para recebimento do crédito, indagando seu respectivo patrono da necessidade de recorrer da decisão. O recorrente foi informado que, neste caso,</p> <p>(A) não caberá agravo de petição, tendo em vista tratar-se de decisão interlocutória.</p> <p>(B) caberá agravo de petição, no prazo de oito dias, em razão do despacho ter ocorrido na execução de sentença trabalhista.</p> <p>(C) caberá agravo de instrumento, no prazo de oito dias, tendo em vista tratar-se de decisão interlocutória.</p> <p>(D) caberá agravo de petição, no prazo de dez dias, em razão do despacho ter ocorrido na execução de sentença trabalhista.</p> <p>(E) caberá agravo de instrumento, no prazo de dez dias, tendo em vista tratar-se de decisão interlocutória.</p>	<p>50. Considere as assertivas abaixo a respeito das provas:</p> <p>I. O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviços e o despedimento, é do empregado.</p> <p>II. Em regra, a prova da jornada extraordinária é do empregado por tratar-se de fato constitutivo do seu direito.</p> <p>III. É do empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.</p> <p>IV. O termo inicial do direito ao salário-família coincide com a prova da filiação e, em regra, se feita em juízo, corresponde à data do ajuizamento do pedido.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) II, III e IV. (B) I, II e III. (C) III e IV. (D) I e IV. (E) I e III.</p>

